



POBREZA E NEOLIBERALISMO EM TEMPO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL

RESUMO: A construção deste estudo é parte integrante das atividades que mobilizam as competências de formação profissional na pós-graduação: A Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. O objetivo é analisar a pandemia da COVID-19 e as estratégias sociais, políticas e econômicas governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro. O processo de escolha da temática é fruto da conjuntura social, econômica e política brasileira, nos anos de 2020 e 2021, quando vivenciamos um período pandêmico mundial e as formas de enfrentamento do presidente de então, as quais aprofundaram a desigualdade social e a pobreza no país já pré-existentes. Trata-se de um estudo teórico-empírico, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com dados empíricos extraídos dos principais órgãos de pesquisa do país.

Palavras-Chave: Pandemia da COVID-19. Neoliberalismo. Desigualdade Social e Pauperização.

ABSTRACT: The construction of this study is an integral part of the activities that mobilize professional training skills in postgraduate studies: The Social Question from an Interdisciplinary Perspective at the Federal University of Paraná – Setor Litoral. The objective is to analyze the COVID-19 pandemic and the social, political and economic strategies of the ultraneoliberal government of Jair Bolsonaro. The process of choosing the theme is the result of the Brazilian social, economic and political conjuncture, in the years 2020 and 2021, when we experienced a global pandemic period and the ways of facing the president at the time, which deepened social inequality and poverty in the country. pre-existing country. This is a theoretical-empirical study, based on bibliographical and documentary research, with empirical data extracted from the main research institutions in the country.

Keywords: COVID-19 pandemic. Neoliberalism. Social Inequality and Pauperization.

INTRODUÇÃO

A produção deste artigo se materializa a partir da conjuntura econômica, social e política do final do ano de 2019, na qual a população mundial vivencia a pandemia do novo coronavírus SARS-COV-2. Para tanto, em nível mundial foi necessário a organização para o enfrentamento da pandemia, principalmente no que se refere a questões de Saúde Pública. Esse estudo busca contribuir com uma análise na área da Economia Política, considerando a conjuntura histórica

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



e particular do território brasileiro, como também, apresentar a construção política do país e a incorporação da ideologia neoliberal nos governos do país, a partir da década de 1990.

O contexto de problematização sobre a temática ocorre pela construção e consolidação do auxílio assistencial para amenizar os impactos sociais da crise econômica pandêmica, o Auxílio Emergencial (abril 2020). Neste sentido, será exposta a linha cronológica do benefício e o seu resultado no que se refere aos índices de pobreza e extrema pobreza do país.

Este estudo tem como objetivo analisar o cenário histórico social, político e econômico para entender a corrente do neoliberalismo no Brasil e, através dessas categorias de análise compreender a conjuntura e função do atual do governo Bolsonaro nas decisões pertinentes a população, a sua influência na política, ampliando a compreensão sobre a desigualdade social, e a pobreza da população mais vulnerável no cenário atual da pandemia do Novo Coronavírus.

A metodologia exploratória consiste em leituras de produções bibliográficas, artigos científicos, periódicos e pesquisa em sites, jornais e afins, considerando que a formação sócio-histórica como elemento importante para o estudo. Este trabalho é de suma importância no campo social, sobretudo, para estudos futuros sobre este momento atípico que a população mundial e brasileira tem vivenciado.

1. CONJUNTURA DA CRISE MUNDIAL DO CORONAVÍRUS E O SEU IMPACTO NO BRASIL

O termo COVID 19 é abreviação de *Doença de Coronavírus 2019*, termo designado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença é causada pelo coronavírus SARS-COV-2. Pesquisas evidenciam uma ligação entre o 2019-NCOV e outros coronavírus encontrados em morcegos da espécie *Rhinolopus* que vivem na região sul da China e da Ásia, Oriente Médio, África e Europa. Há também um pronunciamento da Comissão Nacional de Saúde da China, supondo que o surto está associado à exposição de um único fruto do mar no mercado em Wuhan, China, sendo que o primeiro caso da COVID-19 registrado no mundo foi nesta cidade em dezembro de 2019.

Em seguida, foram detectados casos de doenças respiratórias graves na Finlândia, Índia e Filipinas. Todos os casos tinham em comum viagens realizadas para a cidade de Wuhan.



Esse acontecimento gerou um alerta na OMS que criou um Comitê de Emergência para o novo coronavírus. No dia 30 de janeiro de 2020, o Comitê se reuniu com autoridades para implantar o Regulamento Sanitário Internacional. Este documento surge como aparato jurídico que define direitos e deveres de uma nação frente à calamidade de Saúde Pública. Em 11 de março de 2020, a OMS passou a considerar o novo coronavírus uma pandemia mundial. (*World Health Organization, 2020*)

A contaminação do vírus ocorre pelo contato físico com pessoas infectadas por meio da tosse, do espirro, catarro, gotícula de saliva ou em contato direto com ambientes, objetos e superfícies contaminadas. Após a transmissão, o vírus causa graves problemas respiratórios que podem levar às pessoas infectadas à morte. Os sintomas são: febre, cansaço, tosse, coriza, perda do paladar ou olfato, dificuldade de respirar, diarreia, pneumonia, dor de cabeça, dor de garganta, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés.

Os sintomas podem variar de indivíduo para indivíduo e são facilmente confundidos com outras manifestações virais, como por exemplo, da gripe comum. Por esse motivo muitas pessoas que apresentam alguns desses sintomas estavam sendo orientados a cumprir o isolamento social em casa, a fim de evitar aglomerações nas vias públicas principalmente nos sistemas de saúde dos países.

As pessoas que podem ter o seu estado clínico agravado são aquelas que possuem doenças preexistentes. No Brasil, as recomendações do Ministério da Saúde para a prevenção da COVID 19 foram: lavar as mãos com frequência com água e sabão ou utilizar o álcool 70 em gel; cobrir a boca e o nariz ao espirrar; evitar tocar olhos, nariz e boca com a mão sem lavar; manter o distanciamento social de no mínimo dois metros; evitar o contato físico; não compartilhar objetos pessoais; higienizar o celular e brinquedos de crianças; manter ambiente limpo e arejado; evitar contato com pessoas do grupo de risco; dormir bem; ter uma alimentação saudável e utilizar máscaras.

O primeiro caso de coronavírus registrado no Brasil foi no dia 26 de fevereiro de 2020, no Estado de São Paulo. A cidade é considerada o epicentro da doença no Brasil. Desde essa data, os números de contaminação foram crescendo brutalmente, ampliando a desigualdade social e a pobreza já existente antes mesmo da pandemia.



Segundo as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o número total da população brasileira é de 211,8 milhões de habitantes. De acordo com o Instituto, o número de pessoas infectadas pela COVID 19 em 23/08/2021, registrou-se 20.583.99 casos, com 574.848 óbitos e 19.479.947 casos recuperados. Atualmente, é de conhecimento público que a COVID-19 matou 700.000 pessoas até março de 2023. De acordo com o Ministério da Saúde (2023),

passados três anos desde o primeiro caso de Covid-19 registrado no país, o Brasil alcançou outro triste marco nesta terça-feira (28/03/2023): 700 mil mortes causadas pela doença. Um número que compreende todas as trajetórias interrompidas e famílias enlutadas. Milhares delas poderiam ter histórias diferentes com uma ação simples: vacinação. No combate da maior crise sanitária da história do país, a ciência comprova que a principal forma de proteção contra casos graves e óbitos é a vacina (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Segue abaixo os dados dos estados brasileiros com os números de pessoas que foram contaminadas pela Covid 19, até o mês de agosto de 2021. Devemos considerar neste artigo, que estamos vivenciando a crise pandêmica do novo coronavírus no Brasil, por isso a estatística equivalente à contaminação e óbito vem aumentando diariamente.

Região	Número de contaminações	Número de óbitos
Sul	3.989.742	89.514
Centro- Oeste	2.139.740	54.417
Norte	1.815.663	45.825
Nordeste	4.715.168	114.795
Sudeste	7.923.681	270.297

Fonte: DATASUS, 2021.

Segundo o jornal G1 São Paulo, a primeira pessoa a ser vacinada no Brasil foi a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, que atua na UTI do Instituto de Infectologia Emílio Ribas. A imunização ocorreu no dia 17/01/2021 no Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). O governo paulista aplicou a primeira dose da vacina Coronavac, desenvolvida pelo laboratório Sinovac, cuja sede está em Beijing, na China com parceria do Instituto Butantan, no Brasil.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Outras vacinas foram aplicadas na população naquele período: a vacina de Oxford, desenvolvida pela Astrazeneca e a Universidade de Oxford, sediada no Reino Unido. Essas instituições firmaram parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. A Comirnaty da Pfizer/Biontech. Esta é a vacina que recebeu registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), enquanto a Astrazeneca, Coronavac e Janssen foi aprovada para uso emergencial.

Conforme a Base Nacional do Programa Nacional de Imunização (PNI) atualizado em 23/08/2021, 117.620.503 pessoas receberam a primeira dose, sendo que 51.866.024 pessoas receberam a segunda dose ou a dose única, destes números 156.568.088 pessoas que são consideradas do grupo prioritário.

A conquista da vacina e a aplicação na população representaram avanço significativo desde que o vírus se alastrou pelo mundo. No Brasil, algumas ações de austeridade foram tomadas de maneira preventiva pelos governadores estaduais. Dentre as quais estão medidas de isolamento social (*lockdown*), restrições nos comércios, logradouros públicos, barreiras sanitárias, entre outras ações que dialogam com as orientações do Ministério da Saúde citadas acima. Contudo, diante de um governo federal ultraneoliberal existe um movimento contraditório de privilegiar a economia em detrimento do isolamento e de medidas preventivas em relação à pandemia. Como diz Behring (2021, p. 50), “a contra face da postura genocida da extrema direita no Brasil tem sido o aumento explosivo de óbitos”, como visto anteriormente.

No próximo capítulo, vamos abordar a historicidade da pobreza no país para compreender a conjuntura política e a particularidade da população brasileira.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA NO BRASIL

Entender a estruturação da base econômica do país é um processo fundamental para compreender a existência das particularidades da realidade atual do país.

É de conhecimento geral, que a formação sócio-histórica brasileira produziu resquícios da supremacia portuguesa e o seu governo de regime colonizador e escravocrata como herança socioeconômica, política e cultural, para o povo brasileiro.

No século XV, o desenvolvimento do comércio continental europeu estava a todo vapor, as grandes navegações marítimas são um ponto de partida para construir relacionamentos com outros países e ampliar os negócios. Na mesma direção, há uma tendência favorável para

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



colonização dos territórios como se de fato houvesse um descobrimento em cada área ocupada pelos seus desbravadores, sem considerar a construção histórica dos povos originários.

Desde a dominação dos portugueses, até a atualidade, podemos observar a herança conservadora nas relações sociopolíticas e analisar os seus reflexos para a persistência do conservadorismo em nosso país. Na economia, os portugueses impuseram um modelo ligado à exploração de recursos naturais e a construção de latifúndios, utilizando a força de trabalho escrava de negros vindos da África.

Caio Prado Junior (1961, p.117) em seu livro: *Formação do Brasil Contemporâneo* analisa que existem três elementos que constituem a formação agrária do Brasil Colônia: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, constituindo assim um sistema de “grande exploração rural”. Nas unidades de produção, os latifúndios se constituíram como a base principal para toda a estruturação agrária do país, ou seja, são os latifúndios que detêm grande parte do poder econômico e social nas relações sociais de produção capitalista, vigente desde o pré-capitalismo no país.

Com o passar dos anos, a ligação entre o Brasil e Portugal se baseou na acumulação dos bens naturais advindos da alta exploração dos escravos. Parte desses bens foi utilizada para exportação à Portugal, cujas mercadorias serviam para suprir as necessidades econômicas das elites daquele país.

Assim, o processo do trabalho se dividiu em urbano e rural. O trabalho na agricultura foi o cenário predominante que os escravos livres poderiam encontrar para sua subsistência, contudo, os imigrantes ocuparam esses espaços de trabalho, restando à população negra a informalidade e a precarização da vida social, por dentro do sistema. Esse processo contribuiu para o progressivo fortalecimento da desigualdade social nas relações étnico-raciais.

O trabalho agrícola já era predominante, pois nos deparamos com uma economia fortemente ligada ao negócio agroexportador até os dias de hoje. O termo utilizado para denominar essa atividade (agronegócio) foi modificado com o propósito de passar uma visão futurística, de inovação, mas que na verdade configura uma herança da era colonial.

A partir do período do Brasil Império, começa a se consolidar o delineamento da classe dominante do país. Salles (2012) denomina de a *classe senhorial*, referindo-se à influência que os donos dos engenhos tinham para ditar a ordem social da época. Na contrapartida da classe

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



dominante, existia o grupo de pessoas que eram excluídas da lógica vigente de dominação, ou seja, as pessoas escravizadas, os indígenas, as mulheres e os homens brancos livres, porém empobrecidos.

A etnia do povo brasileiro é inicialmente composta por brancos, negros e índios, portanto o modelo escravocrata da época do Brasil Colonial colocava o domínio dos portugueses (homens brancos) sobre os africanos (povo negro) e os indígenas. Esse desequilíbrio de poder da sociedade patriarcal escravista, causou sérios danos para a população negra, com reflexos contundentes de profunda desigualdade social que perduram até a atualidade.

O desenvolvimento capitalista brasileiro foi tardio, com resquícios de valores conservadores muito fortes na economia política. As relações de trabalho acabaram configurando uma adaptação que pretendeu passar a ideia de modernizadora, porém se manteve conservadora quando estabeleceu o denominado *trabalho livre* no país. A população de trabalhadores, na época, era constituída por homens livres, imigrantes, mulheres e crianças. Contudo, esses trabalhadores não possuíam uma visão crítica sobre as condições de trabalho, sendo que a concepção política era formada no individualismo e na manutenção das relações de dominação de classes.

Em nosso país, o processo de colocação dos escravos libertos no mundo do trabalho encontrou extremas dificuldades e, com isso, aprofundou a pauperização da população. O poder político foi e continua sendo dominado por um oligopólio econômico e agrário, que detém interesses próprios da classe dominante. No Brasil, a classe dominante é tão conservadora que somente a partir de meados do século XX é que se começa a pensar a questão social como um dever político-econômico e cultural, advindo das lutas dos trabalhadores.

No âmbito econômico, Chaves (2003), afirma que o crescimento econômico dado pelos investidores internacionais aconteceu por intermédio do capital agrícola, a força de trabalho, os custos da matéria prima e o alto lucro que eram atrativos para os negócios. Neste momento, os trabalhadores brasileiros (ex-escravos e brancos pobres) tiveram que *concorrer* por vagas de emprego com imigrantes europeus qualificados, restando-lhes o trabalho rural e braçal. Houve nesse período, um agravamento da desigualdade social resultando em pobreza e miséria para a população.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Mello (1975, p. 30) não diferencia a economia colonial da economia primário-exportadora, mas evidencia uma mudança gradual do modelo escravista, com novos atores e uma nova roupagem. De acordo com o autor, (...) “não é difícil compreender que o surgimento das economias exportadoras organizada com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina”. (Mello, 1975, p. 31).

Essa *nova roupagem*, não trouxe para a classe trabalhadora a tão sonhada autonomia e liberdade que buscavam na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Mesmo que naquele período, a população tenha considerado um grande avanço nesta esfera, o longo período de escravidão mascarava a realidade que estava por vir nas relações de trabalho. Pelo rumo que o país adotava e as condições da economia na América Latina, aquele período foi favorável para a consolidação do capitalismo monopolista no país.

A partir de 1930, a nova fase imperialista do capital foi o modelo de produção vigente nas relações sociais de produção. Mas isto não significou melhorias efetivas nas relações de trabalho para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O processo de industrialização no Brasil, tendo como precursor o governo de Getúlio Vargas, vislumbrou uma era modernista para a esfera pública do país. Vargas vinculava a sua gestão ao modelo centralizador e intervencionista, que buscava superar o modelo da economia colonial de exportação. A industrialização estava acontecendo e as estratégias de seu governo visavam o avanço e o crescimento econômico nacional.

O próprio processo de industrialização no país se apresentou como tardio e restringido. Segundo Cardoso de Mello (2009), a industrialização restringida ocorre entre os anos de 1933 e 1955, quando a acumulação capitalista no Brasil assume um novo padrão de acumulação. E ele completa:

a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (CARDOSO DE MELLO, 2009, p.90).

Vale lembrar que, a industrialização contribuiu para a consolidação do modo de produção capitalista monopolista. É no modo de produção capitalista que o trabalhador vende



a sua força de trabalho em troca de salário para a sua substância. Já o capitalista é aquele que detém os meios de produção com a finalidade de obter o lucro.

Como afirma Marx (1996)

no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção — convertidos em capital pela relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia. O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra. (MARX, 1996, p. 34)

Considerando o poder da propriedade privada que está *nas mãos de poucos*, o trabalhador necessita vender a sua força de trabalho em troca de um salário para a sua sobrevivência material. A grande concentração dos lucros nas mãos dos capitalistas contribui para a desigualdade na distribuição de renda. Nesse contexto, a divisão social do trabalho provoca um conflito de interesses entre a classe capitalista e a classe dos trabalhadores.

Para Marx 1996 *apud* Tineu (2017) “o conceito de classe social, vai muito além da divisão do trabalho em si. Sua formação parte de elementos da estruturação social, política, filosófica, histórica, cultural e das ideologias vigente”. (MARX, 1996 *apud* TINEU, 2017, p. 91).

A classe burguesa, detentora dos meios de produção, explora o proletariado para obter os seus lucros através da mais-valia, expressa pelo tempo de trabalho excedente e não remunerado. Na contrapartida, a força de trabalho sobrando, são aqueles trabalhadores que não conseguem se colocar no mercado de trabalho. Esse fenômeno capitalista contribui para a rotatividade de pessoas nos empregos, denominada por Marx, de superpopulação relativa ou exército de reserva. De acordo com ele,

se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (MARX, 2013, p. 707).



Esse antagonismo de classe, desenvolvido pelo sistema capitalista, consolida uma contradição social e conseqüentemente aprofunda a desigualdade social e a pobreza no Brasil. A força motriz do capitalismo está na exploração do trabalho, cujo resultado representa a pauperização dos sujeitos. Desta forma, entendemos o impacto estrutural da categoria Trabalho para a realidade social das pessoas e como a diferença de renda entre os trabalhadores contribui fortemente para o aprofundamento progressivo da desigualdade social e da pobreza.

De tempos em tempos, quando aparecem as crises capitalistas, ocorre a transformação nas relações de trabalho de forma a garantir a ampliação dos lucros capitalistas. Para tanto, a ordem social capitalista, divide as funções do trabalhador no processo de realização e da materialização do produto, aprofundando a divisão social do trabalho, a partir da alienação, da maior hierarquização das funções, o que também contribui para a desigualdade social e o crescimento significativo da pobreza, uma vez que os trabalhadores que não conseguem se integrar nos processos de reestruturação produtiva permanecendo no exército de reserva, sem condições de prover a sua própria existência material e de sua família.

No próximo item daremos ênfase na emergência do neoliberalismo no país, analisando as decisões governamentais que contribuiram para a chegada dessa vertente no nosso país.

3. QUESTÃO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Já de início, é importante lembrar que as expressões da questão social, no modo de produção capitalista, tem como primeiro nexos causal a relação de exploração do trabalho pelo capital, exploração em que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria. A partir desta contradição se desdobram as demais relações sociais de produção capitalista.

Dentro deste contexto está o conjunto de valores, costumes e crenças que caracterizam as relações culturais que constituem os sujeitos sociais. A ordem societária capitalista garante a manutenção permanente da propriedade privada dos meios de produção, alijando o trabalhador de sua autonomia produtiva. Além disso, como já mencionado, aprofunda a divisão sociotécnica do trabalho, o que incide nas desigualdades de classe e na diferenciação do trabalho urbano e rural.

Para melhor conceituar a questão social, apoiamo-nos em Iamamoto (2001), quando explica que,

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



a questão social diz respeito ao conjunto das expressões da desigualdade social engrenadas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p.16)

Considerando a questão social como um produto da sociedade capitalista, a luta da classe trabalhadora pela progressiva ampliação de políticas sociais é uma resposta a esta realidade exploradora e desigual.

O surgimento das políticas sociais é uma consequência das múltiplas expressões da questão social e a luta dos trabalhadores por direitos. Essa luta sempre foi significativa para a ampliação dos direitos sociais, sendo que as políticas públicas sociais estão ligadas à correlação de força entre a classe dominante e a classe trabalhadora. Assim, devido a essa correlação de forças e as crises do capital, surge a necessidade de intervenção e regulação estatal junto aos direitos sociais e trabalhistas, de forma a garantir os lucros capitalistas.

Como se pode observar, a questão social está profundamente vinculada à desigualdade e a pobreza tendo como paliativo a mediação das políticas sociais implantadas pelo Estado que terão suas ações pautadas em visões político-ideológicas. Atualmente, ocorre uma regressão de direitos sociais e trabalhistas em função da emergência do neoliberalismo no país a partir da década de 1990.

O neoliberalismo tem as suas origens nas teorias clássicas liberais, defendidas por Adam Smith, na qual o desejo natural e moral das pessoas é valorizado pelo mercado. Adam Smith defende que a “elevações do preço de mercado são evidentemente o efeito de contingências especiais de incidências (...) perdurável por muitos anos” (SMITH, p.144, 1996).

Ele, em sua teoria, defende que uma *mão invisível* comanda o mercado econômico por leis naturais e éticas. Nessa visão liberal, o papel do Estado está limitado à regulação legal das relações sociais capitalistas, favorecendo a atuação do livre mercado e de mínima intervenção estatal nas políticas sociais. O pensamento que compõe a corrente do liberalismo econômico é a valorização do individualismo. A frase *cada um por si, Deus por todos* nos remete muito bem a esses valores apregoados, pois no liberalismo clássico cada indivíduo era responsável pelo seu bem-estar, e não contava com os aportes estruturais do denominado Estado de Direito.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN:

ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



A vertente neoliberal é uma ramificação do liberalismo clássico, sendo uma pragmática (ou um ideário) que incide na economia política dos diferentes setores que envolvem a vida na sociedade capitalista, especificamente no campo da mundialização e financeirização do capital.

Conforme analisa Castelo (2013):

Na antiga fórmula do liberalismo, o papel do Estado era muito bem definido a partir de funções restritas, sem interferir indevidamente nas ações pessoais dos indivíduos e dos membros da sociedade civil. O neoliberalismo concebe que cabe ao Estado garantir os direitos básicos dos indivíduos, a liberdade de ação dos agentes econômicos e o fornecimento de bens públicos e serviços estatais necessários à manutenção da ordem tais como defesa, segurança, justiça e serviços sociais. Para além dessas funções, o Estado extrapolaria suas funções vitais, supostamente prejudicando a produção de riquezas e o bem-estar geral. Assim como o liberalismo clássico, a doutrina neoliberal defende a promoção da liberdade das forças impessoais e neutras do mercado na alocação e distribuição eficiente dos recursos produtivos entre os agentes sociais. É importante notar que eles não defendem a total ausência do Estado no controle da vida social, que deve ter uma ação seletiva e focalizada em esferas vitais para o pleno funcionamento da ordem capitalista, como a defesa dos múltiplos regimes de propriedade privada [...] (CASTELO, 2013, p.220 *apud* MEIRELLES, 2016, p.68).

Assim, o ideário neoliberal defende a liberdade do mercado, a mínima intervenção estatal nas relações sociais e políticas sociais, entendendo que as políticas sociais devem, inclusive, ser focalizadas somente nos extremamente pobres. As empresas estatais devem ser privatizadas e este procedimento é extensivo às políticas sociais e trabalhistas. A intervenção limitada do Estado em políticas sociais está pautada na fundamentação central da vertente neoliberal, que trabalha com a narrativa de reduzir os gastos públicos.

Meirelles (2016, p.68), analisa a centralidade nuclear do neoliberalismo. Segundo ela,

O núcleo central do ideário se refere a uma disciplina orçamentária, que prevê a contenção de gastos com políticas sociais e ampliação do exército de reserva como estratégia para ampliação da mais-valia. Ou seja, admite-se explicitamente uma salvaguarda das taxas de lucro, com tendência à queda em função da crise estrutural do capitalismo na década de 1970, à custa da redução de direitos da classe trabalhadora (MEIRELLES, 2016, p.68).

A centralidade nuclear nos governos neoliberais é a redução dos gastos públicos, independentemente do aumento na taxa de desemprego, para que se possa garantir a reprodução



ampliada do capital e a concentração de renda nas mãos dos grandes capitalistas, com efeitos severos nos índices de desigualdade social e pobreza da população.

Ocorre então, a legitimação do Estado neoliberal por meio de políticas sociais seletivas e fragmentadas. Behring e Boschetti (2011, p. 156) afirmam que “a tríade do ideário neoliberal para as políticas sociais são a privatização, a focalização e a descentralização, tornando-se limitada para atender as demandas da questão social”.

Quando falamos sobre a vertente neoliberal e a sua funcionalidade é importante reforçar o que já foi dito anteriormente, ou seja, para o conservadorismo histórico do Estado brasileiro, o que é analisado por Behring e Boschetti (2011) da seguinte forma:

a base econômica brasileira está inserida na condição dos países em subdesenvolvimento comparado aos países de capitalismo desenvolvido. O viés político conservador, perpetuado durante o período colonial, mostrou para o país uma grande necessidade de mudança para o enquadramento ao sistema capitalista, mas o ranço cultural brasileiro ainda prevalecia devido a este período vivenciado, pois na época os detentores do poder defendiam valores referentes a aristocracia, o colonialismo, o imperialismo e o paternalismo nas relações sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011,p.71)

Desse modo, é possível perceber que os novos ares da política social no Brasil, previstas no período desenvolvimentista (ou Estado de Bem-estar social), sofreram um esgotamento diante da denominada crise do petróleo de 1974. Emerge, então a pragmática neoliberal iniciada pelos países imperialistas em 1979. O neoliberalismo vem se tornando hegemônico em todo o mundo capitalista e criando ofensivas aos direitos sociais e trabalhistas, conquistado por meio das lutas sociais da classe trabalhadora. Porém, as políticas sociais, ainda que representem uma estratégia política da economia capitalista, se articulam com as lutas dos trabalhadores por serem, efetivamente, uma mediação garantidora da subsistência de amplas frações de trabalhadores, ou seja, não se pode desconsiderar que as políticas sociais são um avanço para a sociedade. Isto se confirma nas palavras de Behring e Boschetti (2011),

no ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise (BEHRING;BOSCHETTI; 2011, p. 37).



Retomando o esgotamento do Estado de bem-estar social, José Paulo Netto (2012), afirma que a crise da sociedade contemporânea ocorre pela intenção de desmonte do Estado de bem-estar, sustentada pela crise do *capitalismo democrático* e a crise do *socialismo real*.

A crise do *Estado de bem-estar* resulta em mudanças nas funções do Estado, que passa a vislumbrar somente o crescimento econômico e a reprodução ampliada do capital, sendo que no Estado de bem-estar, o papel do Estado era de mediador das políticas públicas sociais. Portanto, o neoliberalismo considera existir um inchaço das funções do Estado, o que não é funcional para as relações econômicas *desenvolvidas*.

O Brasil procurou incorporar o Estado de bem-estar social com o viés político de Estado intervencionista deixado pelo governo de Getúlio Vargas, com avanços e retrocessos históricos, porém as diversas crises do capital e a efervescente onda neoliberal chegam ao Brasil por volta de 1990, com um viés extremamente conservador e antidemocrático, por intermédio do presidente Fernando Collor de Melo, aprofundando a desigualdade social e a pauperização da população.

Naquele período abriu-se o processo das privatizações estatais e ataques severos aos direitos dos trabalhadores. Meirelles (2016) destaca que houve “o aumento do desemprego, políticas sociais com pouca resolutividade, redução nas taxas de sindicalização, ampliação da desigualdade social e da pauperização”. (MEIRELLES, 2016, p.83).

Itamar Franco assumiu a Presidência, pois era Vice-Presidente de Fernando Collor. Contudo, foi o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC-1994-2002), quem construiu um projeto econômico, denominado Plano real, alinhado com o pensamento neoliberal. FHC firmou alianças com partidos e setores conservadores e estabeleceu a precarização na contratação do trabalho formal, reformas da previdência e administrativa, continuidade nos processos das privatizações, a taxa de juros elevada para a abertura de capital estrangeiro. O Plano Real possibilitou baixar a inflação e estabilizar a economia, no início de seu governo. Entretanto, no final da década de 1990, ocorreram crises capitalistas que aumentaram o desemprego e enfraqueceram o governo FHC.

Posteriormente, nos governos do PT (Lula e Dilma – 2003-2016), houve uma retomada da estabilidade econômica, diminuição na taxa de desemprego, avanço nos investimentos das



políticas e direitos sociais. O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, é um programa de transferência de renda considerado referência internacional.

Porém, muitos estudiosos consideram o governo do PT uma forma de neoliberalismo conciliador, principalmente no segundo mandato de Lula, pois suas estratégias sociopolíticas mantiveram as estruturas de um Estado neoliberal, muito embora as políticas de seu governo tenham valorizado a questão social do país.

Após o golpe do governo Dilma em 2016, o governo Michel Temer passa a atacar explicitamente os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores brasileiros. Em seu governo foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congelou os gastos públicos; a Reforma Trabalhista, que desregulamentou direitos trabalhistas conquistados, historicamente, por meio das lutas sociais dos trabalhadores e outras ofensivas regressivas.

Em 2019, o ultraneoliberal e ultradireitista Jair Messias Bolsonaro, assume a Presidência e uma de suas primeiras ações foi encaminhar a Reforma da Previdência Social de 2019, que subtraiu inúmeros direitos de proteção social.

A luta de classes e suas contradições são pertinentes ao modo de produção capitalista. Cada período histórico tem suas frentes de governos que vão afetar diretamente a vida cotidiana dos trabalhadores, com índices variados de empobrecimento da população. Os governos neoliberais são tendentes a cortes de políticas sociais e ao enxugamento do Estado com reflexos duros à população em vulnerabilidade social.

A seguir, abordaremos o cenário da pandemia do novo coronavírus e a relação entre a pobreza e o governo ultraneoliberal do atual Presidente da República.

4. POBREZA, GOVERNO BOLSONARO E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A pobreza no âmbito brasileiro tem as suas peculiaridades, “como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano”. (SILVA, 2010, p.157).

Considerando o contexto histórico, podemos afirmar que existe uma conexão entre a pobreza, desigualdade social e questão social.

pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestável dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas. (NETTO, 2007, p. 142).

A pobreza e a desigualdade social não são fenômenos naturais, suas raízes estão na construção social, econômica e geopolítica da sociedade capitalista. São as determinações econômicas e políticas de um país que vão influenciar diretamente os índices da desigualdade e pobreza. No âmbito da Crítica à Economia Política, essas expressões da questão social advêm da exploração da força de trabalho e da propriedade privada, considerando a propriedade privada uma das bases fundamentais para a ampliação e concentração de capital e a força de trabalho a fonte da exploração da mais valia.

Diante da identidade histórico-política do país, a pandemia da COVID-19 aprofundou a desigualdade social e a pobreza. A crise do governo Bolsonaro, no que se refere ao aumento da pobreza populacional, perpetua, pela forma de governabilidade do presidente e o seu negacionismo exacerbado da ciência. O ex-presidente falou em alguns momentos que

pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou *resfriadinho*, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. O brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto [...] e não acontece nada com ele. Eu acho até que muita gente já foi infectada no Brasil, há poucas semanas ou meses, e ele já tem anticorpos que ajudam a não proliferar isso daí. (TERRA, 2020).

No começo de 2020, Bolsonaro desdenhava das complicações de saúde causadas pela COVID 19, comparando o vírus com uma simples *gripezinha*. Ele defendia a contaminação de rebanho que consiste em forjar um grupo de pessoas imunizadas, ou seja, que estejam na linha de frente para a contaminação. Com isso os defensores dessa experiência acreditam que seria possível impedir a transmissão em massa. Em tese, segundo a epidemiologia, uma pessoa recém-infectada geraria em média menos de um caso secundário. Bolsonaro defendia, em seus



discursos, a contaminação por rebanho, além de falas anti-vacina e a defesa do uso da Cloroquina\Hidroxicloroquina para tratamento da COVID 19.

Sobre o assunto, a comunidade científica salienta a necessidade de um embasamento mais robusto sobre a eficácia do medicamento, embora o Conselho Federal de Medicina logo depois ter reafirmado no seu parecer o uso da cloroquina, desde que, os médicos e os pacientes assumam o risco. Esses tipos de discurso de Bolsonaro contribuíram para o acirramento da polarização política no país em meio à crise do coronavírus.

O Brasil tem sido um dos mais representativos casos de desobediência e afronta à ciência e à Organização das Nações Unidas (ONU). E o comportamento pessoal do Sr. Jair Messias Bolsonaro, o máximo mandatário do país, contraria recomendações da OMS e minimiza os efeitos da pandemia, provocando consequências diretas e incalculáveis à propagação ou à incidência de contaminação da doença. Não são poucas as autoridades públicas que comparam os efeitos no Brasil ao de um “genocídio”, provocados especialmente pela conduta pessoal do Chefe de Estado em minimizar a gravidade da doença e estimular o descaso com a proteção. Os atos reiterados do Presidente da República, descritos em detalhes tanto no petição como no documento de atualização, demonstram a afronta pessoal à legislação geral e específica [...] Violam o Decreto do Distrito Federal quanto ao uso de máscara e comportamento em tempos de Covid-19, incidem na violação do artigo 268 do Código Penal quanto às medidas preventivas de saúde. Vale destacar a afronta do Presidente à Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro, aprovada com urgência no Congresso Nacional para tratar especificamente do impacto do Covid-19 na vida dos cidadãos, fazendo prever, no art. 3º, a determinação de medidas como isolamento, quarentena e exames médicos obrigatórios. (BOLETIM 3, p. 11-12, 2020)

Devido às decorrentes denúncias do comportamento recorrente do presidente durante o contexto da pandemia, ocorreu que no dia 8 de abril de 2021, o ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID 19, para apurar se houve negligência por parte do governo federal no enfrentamento da pandemia. Essa CPI foi instalada em 2022 e o Relatório Final indica para a responsabilização de Jair Bolsonaro e seu Ministro da Saúde pela disseminação estratosférica da COVID-19 no país.

No que se refere ao âmbito econômico, Bolsonaro foi crítico a implantação do Auxílio Emergencial. Para ele, o benefício é uma forma de tirar a liberdade de ir e vir das pessoas, favorecendo o isolamento social, uma que, segundo o ex-presidente, o benefício seria uma



forma de obrigar as pessoas a ficarem em casa. Bolsonaro, portanto, foi contrário ao isolamento social.

Contudo, no que tange as medidas atribuídas para a minimização do impacto da Covid 19, foi aprovada em 20 de março de 2020, a Lei nº 14.017, que dispõe sobre ações emergenciais durante o estado de calamidade pública. Este documento instituiu a criação do Auxílio Emergencial com a verba destinada ao Setor da Cultura e o repasse foi realizado pela União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, com parcela única de três bilhões de reais. Estas ações emergenciais dividiram-se-se em renda emergencial mensal, subsídios mensais para espaços artísticos culturais, microempresas, cooperativas e instituições que foram prejudicadas pelo isolamento social.

Em 2020, a renda destinada as famílias foram no valor de três parcelas de R\$ 600,00 e, R\$ 1.200,00 para chefe de família monoparental. Entre alguns dos critérios de avaliação para a concessão do benefício constava a não empregabilidade formal; a pessoa não poderia ser usuário de outro benefício previdenciário ou assistencial, ressalvo àqueles inscritos no Programa Bolsa Família (os usuários inscritos no programa automaticamente receberam o auxílio); renda familiar de até três salários mínimos, entre outros. Algumas famílias beneficiárias foram contempladas com até duas pessoas do mesmo núcleo familiar a receber o auxílio.¹

O beneficiário teve que fazer um cadastro no aplicativo da Caixa Econômica Federal e em seguida o usuário passou por uma análise socioeconômica para a concessão do Auxílio. Muitas das famílias cadastradas tiveram seus cadastros em processo contínuo de análise, mas não obtiveram respostas ou acesso ao benefício. Esse procedimento para a concessão do benefício foi um trabalho realizado pelo governo federal em parceria com a DATAPREV e a Caixa Econômica. Por pressão dos partidos políticos de esquerda no mesmo ano de 2020, foi estendido por mais três meses o benefício com o valor reduzido para R\$ 300,00 para o grupo familiar e R\$ 600,00 para chefe de família monoparental.

¹ No momento atual, sabe-se que muitas pessoas, vinculadas ao ex-presidente, que não entravam nos critérios para recebimento do Auxílio Emergencial, acabaram recebendo o benefício, o que reacendeu uma forma histórica de corrupção no país

Em 2021, no contexto pandêmico que persistia, o Auxílio se estendeu para mais três meses, sendo que somente no dia 12 de maio de 2021 foi promulgada a lei nº 14.150 (Lei Aldir Blanc), que alterou a lei anterior para a prorrogação do Auxílio Emergencial. A retomada da segunda temporada deu-se no mês de abril e essa demora trouxe algumas mudanças no benefício, como a redução das parcelas para seis meses, no valor de R\$ 250,00 a R\$ 375,00 por família, sem a extensão para dois membros no mesmo núcleo familiar, R\$ 150,00 para pessoas que moram sozinhas e R\$ 375,00 para chefe de família monoparental.

A redução e, a demora na retomada do Auxílio Emergencial contribui enormemente para o empobrecimento da população em vulnerabilidade social, uma vez que o Auxílio teve o seu valor monetário reduzido o que desencadeou o aumento da extrema pobreza e da fome no país.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE-2021), afirma que o preço da cesta básica nas capitais do país estava acima de R\$ 500,00 já na primeira fase do benefício. Com a redução do Auxílio Emergencial e o aumento do preço da cesta básica nas principais capitais brasileiras, em 2021, esse valor subiu para a média de R\$ 630,00. Por isso, o referido Departamento afirmou que “esse auxílio não garante a segurança alimentar para as famílias beneficiárias, sendo considerado um auxílio de fome”. (DIEESE, 2021, p. 4)

Abaixo apresentamos a tabela com índices anteriores a 2021 e a projeção das mudanças sob o impacto do Auxílio Emergencial no contexto da desigualdade social e pobreza no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

Condição de Pobreza	Taxa		Milhões de indivíduos	
	Extrema Pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza
Observado Pré-Pandemia	6,6%	24,8%	13,9	51,9
Observado Julho de 2020	2,4%	20,3%	5,0	43,0
Observado Outubro de 2020	5,1%	24,6%	10,9	52,1
Simulação sem Auxílio Emergencial	10,7%	31,4%	22,6	66,4

Simulação com Auxílio Emergencial de 2021.	9,1%	28,9%	19,3	61,1

Fonte: Made Centro de Pesquisa em Macro economia das desigualdades, 2021.

As projeções acima não estão longe da realidade atual. Em 2019, o IBGE, indicava que 51,9 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza e 13,9 milhões de pessoas na extrema pobreza, que são aquelas famílias que sobreviviam com menos de R\$ 162,00/mês ou US\$ 1,9/por dia. Em termos de porcentagem, 13,9 milhões de pessoas na pobreza extrema equivalem a 6,5%. Em 2021, até o mês de abril, houve um aumento para 12,8% da população em extrema pobreza, cerca de 27 milhões de pessoas. Com relação à pobreza, existiam 51,9 milhões de pessoas, em 2019. Ocorreu um salto para 61,1 milhões de pessoas em 2021. (IBGE-CNN 2021).

Contudo, o descontentamento com o governo Bolsonaro foi além do aumento da pobreza, dos cortes no Auxílio Emergencial e da necessidade de outros investimentos em políticas sociais, uma vez que o número de óbitos no período pandêmico indica a pouca intervenção do Estado diante da pandemia, mas também em outras situações, como por exemplo, a questão ambiental, a questão da cultura, a questão do emprego, dentre outros.

Para Boschetti (2021), o governo Bolsonaro é marcado pelo seu posicionamento ultraneoliberal, com expressões de neofascismo e o seu acirrado negacionismo nas políticas públicas sociais. Para ela, o aumento do desemprego durante a pandemia e a precarização do trabalho agudiza e potencializa a crise do capital. Sobre o Auxílio Emergencial, a autora enfatiza a função das políticas públicas sociais para evitar as tensões de classes, desempenhando um papel funcional ao Estado capitalista. Mesmo em um Estado neoliberal que é menos permeável aos direitos sociais.

Por fim, o quadro do empobrecimento da população brasileira, a crise do capitalismo, do governo Bolsonaro e a pandemia do novo coronavírus é um conjunto de crises que compõe a conjuntura política e social vivenciada pela população brasileira no decorrer do governo Bolsonaro. As intervenções temporárias do Auxílio Emergencial serviram como forma de abrandar pontualmente a pobreza com um viés de benfeitoria para a população vulnerável,



porém, as características nefastas do governo Bolsonaro produziram grandes retrocessos nas políticas sociais e o agravamento do sofrimento da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação spoci-histórica brasileira possui suas particularidades. Desde o início da colonização portuguesa sempre houveram grupos específicos privilegiados com interesses difusos da população brasileira originária. O Brasil, na sua construção histórica é marcado pela exploração e violência, sejam elas, materiais ou humanas. A usurpação e a dominação da população local não refletem somente na formação socioeconômica do país, mas na estrutura hegemônica e nas relações de poder que ainda não foram superadas.

Para além das relações políticas e comerciais entre os países, a desigualdade social reflete na subjetividade humana e compõe com a construção das relações sociais. Não é casual que a população brasileira tenha uma narrativa de *povo pacato*, antes esta ideia foi construída pelo grupo dominante, quando na verdade há muito sangue e luta na história.

No Brasil, a desigualdade social tem origem lá nos primórdios, com a dizimação dos povos indígenas e com a violência cultural que lhes foi imposta e com a escravização da população negra africana.

Por outro lado, o modelo da sociedade capitalista e a sua constituição tardia nos moldes políticos e econômicos impactaram diretamente as relações de trabalho, da renda, que sempre privilegiou os brancos. Podemos afirmar que estes são os dois elementos embrionários que contribuíram para a persistência histórica da desigualdade social, da pobreza e da extrema pobreza no país.

A linha temporal da política brasileira, no que tange a vertente neoliberal, desconstruiu o Estado de Bem estar, ainda que, devemos considerar as conquistas sociais dos partidos de esquerda no país. Essa luta é necessária e vital para a construção da democracia. Em 2020, o contexto da pandemia da COVID 19 surgiu como verdadeiro desafio nas relações sociais de ambas as classes sociais. Entretanto, no contexto político do governo do Bolsonaro e o seu viés ultraneoliberal, a classe trabalhadora teve que enfrentar não somente o desafio da COVID-19, mas também o desafio das estratégias neofacistas do governo federal. Podemos superar a pobreza e a desigualdade com um governo ultraneoliberal? A resposta é uma negativa. É

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



contraditório afirmar que avançamos como humanidade quando na verdade a desigualdade social e a pobreza cresceram significativamente.

Na via contraditória do sistema capitalista, às políticas sociais surgem para amenizar as tensões entre as classes e abrandar a crise do capital, esse também era o objetivo do Auxílio Emergencial, num cenário caótico. Embora o benefício seja uma resposta à crise pandêmica do governo Bolsonaro, devemos considerar a correlação de forças e o viés político e ideológico daquele governo, onde a população foi extremamente prejudicada pela forma da sua governabilidade.

A produção deste artigo foi possível devido a vários questionamentos do cenário político e o seu agravamento durante a crise pandêmica. Um governo com viés ultraneoliberal e uma crise sanitária são fatores sociais atípicos, se considerarmos a Constituição de 1988.

No campo do trabalho do assistente social, a presente análise teórico-prática foi significativa para compreender, junto à minha atuação profissional junto aos benefícios eventuais, o cenário ampliado das relações políticas e econômicas.

A política de contenção e cortes no benefício da cesta básica somada a concretude do Auxílio Emergencial e o crescimento da fome são expressões contundentes da questão social aprofundadas no Governo ultraneoliberal de Bolsonaro. Por todo o exposto, podemos entender que o enfrentamento da pobreza no Brasil demanda uma política econômica voltada para os interesses da população em vulnerabilidade e a organização da classe trabalhadora por ampliação de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. Biblioteca Básica do Serviço Social. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI Ivanete. *A Pandemia da COVID 19 e o Auxílio Emergencial*. Live UFES, Vitória/ES:22deabril,2021Disponívelem:

<<https://www.youtube.com/watch?v=8Uk6cknS39U&t=3374s>. Acessado em: 20/06/2021.

BRASIL. *Lei 14.017 de 29 de junho de 2020*. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20192022/2020/lei/L14017.htm#view Acessado em: 23/05/2021.

BRASIL. Portaria nº 356 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>> Acessado em: 20/06/2021.

BRASIL. COVID Aplicadas doses aplicadas. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMÁS_C19Vacina/DEMÁS_C19Vacina.html acessado em: 24/08/2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19*. Disponível em: <https://ww.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 23/06/2023.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 11ª. Ed. Campinas/SP: Editora Unesp/ Facamp, 2009.

CONNECTAS. *Direitos na pandemia: Mapeamento e análise das normas jurídicas de respostas à COVID 19 no Brasil*. São Paulo, nº 3. Disponível em: <<https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-3/>> Acessado em: 20/06/2021.

DIEESE. *Emergência cresce, Mas auxílio encolhe*. Rua Aurora, 957- 1º andar. CEP 05001-900, São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/sinteseEspecialAuxilioEmergencial.html> Acessado em: 08/07/2021.

IAMAMOTO, Marilda V. *A questão social no capitalismo*. In *Temporalis*. Ano 2, n.3 jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin; p.9 a 32

IBGE. *Desigualdade Sociais por cor ou Raça no Brasil*. Estudos e pesquisas\ informações demográficas e socioeconômica. Nº 41.2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acessado em: 12/03/2021.

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*. Editora Brasiliense. 6ª edição. 1885. Disponível em: <<https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/formac3a7c3a3o-do-brasil-contempor3a2neo-caio-prado-junior.pdf>> Acessado em: 12/03/2021.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 01 – 22, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>
Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer marx/ocapital-1.pdf>. Acessado em: 12\03\2021.

JORNAL O GLOBO. *Mapa da vacinação contra a COVID 19 no Brasil*. G1 Globo. São Paulo, 7 de abril de 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> Acessado em: 11/04/2021.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. *A “questão social” no Brasil frente á ofensiva do golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016*. Relatório de Pós-Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. Campinas. 1964. Disponível em: <http://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/teses/O%20capitalismo%20ardio.pdf>. Acessado em: 12\03\2021.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETTO, Jose Paulo. *Desigualdade, pobreza e Serviço Social*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 19.2007. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>. Acessado em: 19\03\2021.

RODRIGUES, Rodrigo. “*Não tenham medo*”, Diz Mônica Calazans, 1ª pessoa a ser vacinada no Brasil. G1 Globo. São Paulo, 17 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/nao-tenham-medo-diz-monica-calazans-1a-pessoa-a-ser-vacinada-no-brasil.ghtml> Acessado em: 11/04/2021.

SALLES, Ricardo Henrique. *O Império do Brasil no contexto do século XIX*. Escravidão Nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alm/n4/2236-4633-alm-04-00005.pdf> Acessado em: 12\03\2021.

SILVA, Maria Ozanira. *Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> acessado em: 19\03\2021.

SMITH, Adam. *Os Economistas: A riqueza das Nações-* Investigação sobre a natureza e a sua causa. Editora nova Cultura LTDA. São Paulo, 1996.



TERRA. *Relembre as frases mais polêmicas de Bolsonaro sobre a pandemia.* 28 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia.61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>> Acessado em : 20/06/2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Novel Coronavirus (2019- NCOV) Situation Report 10.* Disponível em:https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200130-sitrep-10-ncov.pdf?sfvrsn=d0b2e480_2. Acessado em: 02/05/2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Novel Coronavirus (2019- NCOV) Situation Report 22.* Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200211-sitrep-22-ncov.pdf?sfvrsn=fb6d49b1_2. Acessado em: 02/05/2021.